MOVIMENTO

Serge Hours — novo ator a ser lançado por Van Jafa

VAN JAFA DIRIGE FILME

O poeta, dramaturgo, diretor teatral, Van Jafa, realizará seu primeiro filme de longa-metragem, **Os Jogos do Amor**, composto de 3 episódios: **Por Amor do Amor, Contrate-o Para o Nosso Serviço, O Grumete.** Van Jafa é também o autor do argumento e do roteiro.

Responsável pelo lançamento de dois atores que fizeram carreira, Adriano Reis e João Paulo Adour, Van Jafa vai lançar um jovem que segundo ele "irá longe": Serge Hours — na foto. Em princípio o elenco será formado com Neusa Amaral, Paulo Gracindo, Ziembinsky e outros.

REGULAMENTAÇÃO: OS DIREITOS DO ATOR

O Ministro Jarbas Passarinho solicitou ao Ministério do Trabalho providências no sentido de serem "apresentados os estudos finais do anteprojeto de lei dispondo sobre o exercício de atividades profissionais em programas de radiodifusão, espetáculos teatrais, produções cinematográficas e realizações congêneres".

Esta notícia publicada nos jornais em setembro se relaciona com o trabalho ora apresentado por FILME CULTURA, de autoria do ator José Lewgoy, que, como representante do Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversão Pública, participou das reuniões da Comissão Interministerial (Trabalho e Previdência Social; Educação e Cultura; Comunicações) criada em 1970. O assunto, cuja solução vem sendo pleiteada há muitos anos, foi também debatido por ocasião do I Congresso da Indústria Cinematográfica Brasileira.

Uma produção de mais de 70 filmes por ano, tantas cadeias de televisão quantas as dos Estados Unidos, dois grandes centros de produção teatral (Rio e S. Paulo) não deixam dúvidas quanto à importância da indústria do espetáculo no Brasil. É difícil acreditar, no entanto, que até agora a mão-de-obra artística e técnica desta indústria não esteja sequer com todas as suas profissões definidas e, muito menos, regulamentadas em lei. Tal é a situação paradoxal do artista e técnico do espetáculo em nosso país. A angústia de um mercado de trabalho instável e de intensa concorrência juntam-se os problemas de uma stuação à margem da legislação trabalhista e da previdência social.

Em nenhum outro país é mais fácil virar ator ou técnico. A concessão indiscriminada, e sem planejamento, de canais de televisão pelos governos anteriores à Revolução, causou a multiplicação de emissoras em número muito superior às reais possibilidades do país e além das necessidades do público, facilitando assim o acesso às profissões, dadas as poucas exigências do veículo, onde é fácil confundir vocação com exibicionismo.

O cinema nacional, mais preocupado com o baixo custo da produção, também não foi exigente — artistas e técnicos costumam ser o único elemento de barganha de um orçamento de produção. O chamado "cinema novo" importando a "politique des auteurs", que transferiu ao diretor a autoria exclusiva do filme, transformando-o na estrela única do espetáculo, completou a desvalorização do ator profissional, valorizando a improvisação. O teatro, por sua vez, fascinado pelas experiências de vanguarda, facilitou a proliferação dos teatrinhos de porão, de bolso ou de gaiola, atraindo à profissão uma juventude tão despreparada quanto entusiasta. Uma pontinha num Brecht de bolso ou uma corajosa entrada nu em cena, e estava pronto o ator.

O acesso ilimitado à profissão resultou no controle absoluto do mercado de trabalho pelas empresas. Apesar dos salários fabulosos de uma dezena de artistas de televisão, sabiamente distribuídos pelas empresas — pois o "star system" é o caminho mais fácil para a conquista dos "ibopes" — a grande maioria percebe salários baixíssimos, vítimas de toda espécie de evasão das obrigações trabalhistas, e à mercê dos atrasos endêmicos das emissoras.

Porém, mas grave ainda do que o descontrole do mercado de trabalho, são as suas conseqüências no campo da previdência social. E a confusão é desastrosa na hora dos benefícios e em época de aposentadoria. Como satisfazer às carências exigidas pelo INPS ou mesmo provar o exercício da profissão, numa atividade de emprego irregular, com salários e descontos irregulares, com modalidade de pagamento e contratação das mais diferentes — do contrato a prazo fixo ao contrato por obra certa, da falta de contrato às inúteis notas contratuais, do cachê diário aos absurdos cachês mensais inventados pelas empresas? Isto sem falar nos descontos não recolhidos.

A legislação existente, confusa e inadequada, resume-se numa pequena coleção de decretos, em sua maioria obsoletos, pois quase to-